

Amanda Pereira Dias. As Dinastias árabes e a legitimação do poder dos califas na Espanha Muçulmana. (FFLCH-USP – mestranda).

O presente texto pretende refletir sobre a estruturação do império árabe com ênfase na Espanha muçulmana, para analisar sua relação com os reinos cristãos do norte da Espanha. A partir daí verificar como era vista a legitimidade dos califas e a consolidação desse poder para manter a união interior do império e evitar fragmentações que pudesse diminuir seu poder diante do mundo exterior.

Depois de analisada essa questão, podemos verificar como eram os limites de fronteiras entre a parte muçulmana da Espanha e a parte cristã, pensando os aspectos políticos, geográficos e culturais. Porque essa relação entre cristãos e muçulmanos será definida, como parte, da relação do califado da Espanha e do califado central estabelecido em Damasco e depois em Bagdá.

O estabelecimento do califado central foi resultado da formação do Islamismo por Maomé. A região da Árabia naquele período possuía a existência de inúmeros poderes locais, divididos entre as famílias que integravam as diferentes tribos. Essa fragmentação do poder era disfarçada por uma centralização existente por parte de famílias de Meca. A partir do século V, Meca ficou sob o domínio da tribo *Qoraysh* ou Coraixita. Maomé pertencia à família dos *banu hashim*, que era integrante dessa tribo, embora não fizesse parte das famílias mais poderosas.

No decorrer do século VII, esse grupo dominante de Meca passou a identificar-se com essa nova ordem estabelecida por Maomé. Essa nova ordem surgira a partir de uma revelação feita a Maomé, por Deus. Posteriormente ele começou a transmitir aos povos as mensagens que acreditava receber dos anjos de Deus. Aos poucos foi se formando em torno de Maomé um pequeno grupo de crentes, mas à medida que esse grupo crescia começava a incomodar membros das principais famílias coraixitas, porque as pregações desse novo profeta contrariavam a forma de viver naquele momento das famílias coraixitas dominantes. Passaram então a vê-lo como uma ameaça a ordem estabelecida.¹

¹ HOURANI, Albert. *Uma História dos Povos Árabes*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

Diante de uma situação que tornara-se insustentável² Maomé teve que deixar Meca e fugiu para Yathrib, no ano de 622, que ficaria conhecida posteriormente como Medina. Nesse local tornou-se árbitro entre as disputas das duas tribos existentes, que o aceitaram e também a nova doutrina. Considera-se essa mudança o início da era muçulmana.

Em Medina Maomé começou a acumular grande poder, que espalhou-se pelo oásis e o deserto em volta. Em seguida empreendeu uma luta armada contra os coraixitas,³ no qual no decurso dessa luta além da expansão do domínio a doutrina foi formulando-se e tomou sua forma final. No ano de 630 os líderes da cidade de Meca a entregaram sem resistência ao profeta e anunciou a submissão a nova doutrina, o Islamismo.

A nova estrutura de poder não possuía grandes arranjos. Maomé exercia o poder máximo era o líder religioso, ao mesmo tempo julgava as questões administrativas. Ao seu lado encontravam-se alguns delegados e o recrutamento militar era feito entre os crentes. O tesouro público era abastecido por impostos e doações das tribos que eram submetidas. Seu domínio expandiu-se e os chefes das diversas tribos precisavam firmar acordos com ele.

Após a morte de Maomé não ficou claro quem o substituiria criando um clima de confusão e instabilidade. Era necessário alguém que se tornasse responsável pelas decisões da comunidade e resolvesse as disputas. Essa pessoa deveria estar ligada ao profeta e continuasse sua obra. Foi realizada uma reunião entre os líderes próximos a ele para escolher o sucessor do profeta (*khalifa*).

O califa não era um profeta, não continuaria a transmitir as revelações de Deus, mas era um líder da comunidade. O sucessor escolhido foi Abu Bakr, pai de Aisha esposa de Maomé. No início o califa possuía uma consideração religiosa, uma aura de santidade. Eles afirmavam ter algum tipo de autoridade religiosa. Abu encontrou grandes dificuldades para manter a ordem estabelecida por Maomé, às alianças feitas pelo profeta com os chefes tribais ameaçavam ser desfeitas e muitos não queriam submeter-se a ele. Diante disso a autoridade de Abu Bakr foi afirmada pela ação militar.

² As diferenças com as crenças aceitas em Meca ficavam cada vez mais explícitas: “Atacavam-se os ídolos dos deuses e as cerimônias a eles relacionadas; ordenavam-se novas formas de culto, e novos tipos de boas ações. Ele (Maomé) adotou mais explicitamente a linha dos profetas da tradição judaica e cristã.” HOURANI, Albert. *Uma História dos Povos Árabes*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

³ Acredita-se que esta luta foi iniciada pelo domínio das rotas comerciais.

Essas campanhas militares após estabelecerem a aceitação do sucessor do profeta continuaram a ser realizadas e chegaram às fronteiras dos grandes impérios da época. Ampliado consideravelmente os territórios conquistados pelos árabes. À medida que se ampliava a área conquistada, necessariamente mudava o modo como ela era governada. Os acampamentos militares tornaram-se locais, no qual os conquistadores exerciam autoridade.

Este novo grupo governante era formado, principalmente, pelos primeiros seguidores do profeta, mas uma grande parte vinha de famílias de Meca. Com o prosseguimento das conquistas, outros vieram das principais famílias de tribos pastoris. Mas, com o passar do tempo a divisão entre as famílias ficou mais tênue e tenderam a mesclar-se com o passar do tempo. O califa Umar⁴ criou um sistema de pagamentos para aqueles que haviam lutado a favor do Islã, essa medida reforçou a coesão entre a elite governante. Mas, essa medida não foi suficiente para eliminar as divergências pessoais e faccionais. Conflitos de interesses, entre os primeiros convertidos e os novos conversos, e também governadores que desejavam mais autonomia trouxeram certa instabilidade ao grupo. Essas tensões vieram à tona mais explicitadamente no reinado do terceiro califa⁵.

Os quatro primeiros califas ficaram conhecidos como os *Rashidun*, ou “Corretamente Guiados”. Após o assassinato do quarto califa, Ali, e a ascensão ao poder do governador da Síria, o cargo deixou de ser escolhido entre os líderes e passou a ser praticamente hereditário. A imagem do califa modificara-se diante da população. A partir de então o poder ficou nas mãos de uma família conhecida como os omíadas, nome derivado de um ancestral Umayya. Houve também a transferência da capital para Damasco, pois era considerada capaz de manter uma corte e ser mais facilmente protegidas e controladas que Medina.

Os omíadas foram acusados pelos abássidas de realizarem um governo voltado para objetivos mundanos, motivados por interesse pessoal, ao contrário dos primeiros califas, que estavam preocupados com a religião e a missão de levar a verdadeira fé aos povos, como o havia feito Maomé. Alegavam que esses califas haviam abandonado o modo de viver dos chefes tribais árabes e passaram a copiar o estilo dos soberanos do Oriente Próximo.

⁴ ‘Umar ibn ‘Abd al-Khattab (634-644), segundo califa após a morte de Maomé.

⁵ ‘Uthman ibn ‘Affan (644-656).

Dessa forma o poder só seria legítimo se estivesse ao serviço da religião, de levar a verdadeira mensagem aos povos e viver em conformidade com a doutrina. Além disso, os omíadas eram considerados por muitos como usurpadores e os abássidas reclamavam descendência direta do profeta⁶. Pertencendo à família do profeta, os abássidas deram prioridade a sua função religiosa. Ele seria o chefe espiritual e também o temporal, o soberano absoluto, cujo poder era estabelecido e legitimado pelas leis do Islamismo, que nem sempre esses as respeitavam. Passaram a utilizar insígnias que representavam o califa como: o manto, o bastão e o selo do profeta.

O autor Mário Curtis Giordani⁷ alerta para o fato de que os historiadores árabes, que analisaram a dinastia dos omíadas, eram posteriores a eles, julgaram-na com grande severidade. Essa rígida análise, segundo o autor, é porque esses autores viveram e escreveram suas obras sob a dinastia dos abássidas. E deviam exaltar essa dinastia em detrimento da anterior, pois eram adversários.

Com a surpreendente expansão do império árabe, o próprio êxito na expansão trouxe dificuldades internas de entendimento, tornou-se clara a tendência ao esfacelamento do poder central em benefício de chefes locais mais ou menos importantes.⁸ O crescimento das comunidades muçulmanas nas cidades e províncias orientais criou tensões. Derivadas das ambições pessoais, ressentimentos locais e os conflitos partidários manifestavam-se de formas variadas (etnia, tribo e religião). No momento que o califado atinge uma grande extensão, começou o processo de desestruturação e a dificuldade de manter a centralização do poder, nas mãos de um único governo, que por sua vez estava distante. Os abássidas transferiram a capital do império para Bagdá. Um descendente dos omíadas conseguiu escapar do massacre efetuado contra eles e chegou à Espanha. Abd al-Rahman fundou a dinastia dos omíadas na península ibérica e não reconhecia a autoridade do califa de Bagdá. Com a chegada de Abd al-Rahman no ano de 756 criou-se pela primeira vez na Espanha uma dinastia do Oriente.

⁶ Os abássidas eram descendentes de Abbas, um tio do profeta.

⁷ GIORDANI, Mário Curtis. *História do Mundo Árabe Medieval*. Petrópolis: Editora Vozes, 1985.

⁸ MANTRAN, Robert. *Expansão Muçulmana (Séculos VII-XI)*. Pioneira Editora. São Paulo, 1977.

Foi em Córdoba que estabeleceu o seu governo, mas não proclamou oficialmente a independência da Espanha em relação ao califado central. Utilizou, assim, apenas o título de *malik* (rei), considerava-se um súdito do califa de Bagdá. Assim, estabeleceu um governo independente e as dificuldades que o califa enfrenta favorece ainda mais a autonomia dessa região. A realidade da região espanhola que estava multifacetada exigia uma maior atenção por parte de seu governante, que até esse momento não havia ocorrido.

O constante conflito com os cristãos do norte exigia do governante muçulmano um estado constante de atenção. Pois nem sempre os acordos entre ambos eram cumpridos, os povos do norte deveriam pagar tributos aos muçulmanos, mas não era sempre que isto ocorria. E embora no século IX a Espanha não estivesse mais sob a proteção do califado de Bagdá, isso em nada impedia as relações comerciais entre essas regiões. Mas não havia uma colaboração entre elas.

Bibliografia:

- ARIÉ, Rachel. *História de Espana III – Espana Musulmana (VIII - XV)*. Labor. Barcelona, 1984.
- CORTÁZAR, José Angel García de. *La época medieval – história de Espana Alfaguara*. Volume II. Alianza Editorial. Madrid, 1980.
- JAYO, Graciela Mérida de. *Perda e Salvação da Espanha no Imaginário Castelhana: a invasão muçulmana na Península Ibérica*. Tese de Doutorado. São Paulo, 2004.
- MANTRAN, Robert. *Expansão Muçulmana (Séculos VII-XI)*. Pioneira Editora. São Paulo, 1977.
- RUCQUOI, Adeline. *Histoire médiévale de la Péninsule Ibérique*. Paris: Éditions du Seuil, 1993.

- HOURANI, Albert. *Uma História dos Povos Árabes*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

- GIORDANI, Mário Curtis. *História do Mundo Árabe Medieval*. Petrópolis: Editora Vozes, 1985.